



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

ADYR EWERTON SANTOS FILHO

**OS PRIMÓRDIOS DO PENSAMENTO FILOSÓFICO SOBRE A MORTE
VOLUNTÁRIA NO MUNDO OCIDENTAL: O SUICÍDIO SEGUNDO PLATÃO**

BRASÍLIA – DF

2022

ADYR EWERTON SANTOS FILHO

**OS PRIMÓRDIOS DO PENSAMENTO FILOSÓFICO SOBRE A MORTE
VOLUNTÁRIA NO MUNDO OCIDENTAL: O SUICÍDIO SEGUNDO PLATÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Hilan Nissior Bensusan

BRASÍLIA – DF

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS237p Santos Filho, Adyr Ewerton
Os primórdios do pensamento sobre a morte voluntária no mundo ocidental: o suicídio segundo Platão / Adyr Ewerton Santos Filho; orientador Hilan Nissior Bensusan; co orientador Fabio Mascarenhas Nolasco. -- Brasília, 2022.
38 p.

Monografia (Graduação - Bacharelado Filosofia) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Suicídio. 2. Platão. 3. Sócrates. 4. Xenofonte. 5. Fédon, As leis, Apologia de Sócrates. I. Nissior Bensusan, Hilan, orient. II. Mascarenhas Nolasco, Fabio, co-orient. III. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

ADYR EWERTON SANTOS FILHO

**OS PRIMÓRDIOS DO PENSAMENTO SOBRE A MORTE VOLUNTÁRIA NO
MUNDO OCIDENTAL: O SUICÍDIO SEGUNDO PLATÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Hilan Nissior Bensusan (IH/FIL/UnB)
(Orientador)

Prof. Dr. Fabio Mascarenhas Nolasco (IH/FIL/UnB)

BRASÍLIA – DF

2022

Lilian Regina

Dos nossos planos é que tenho mais saudade
Quando olhávamos juntos na mesma direção
Onde está você agora além de aqui dentro de
mim?¹

RESUMO

O suicídio é uma questão polêmica envolta em tabus, preconceitos, visões religiosas e morais. Sempre houve debates acirrados sobre as motivações dos que escolheram uma morte voluntária. Parece ser senso comum que o suicídio é contrário a um dos instintos humanos mais determinantes: o instinto de preservação. Sendo assim, por que um número significativo de mulheres e homens, sejam crianças, jovens ou adultos, optam por não mais ser? Refletir sobre o suicídio implica considerá-lo sob vários prismas: como um direito, livre arbítrio, dever ético ou moral (em algumas sociedades), como um problema de saúde mental e até como um crime, seja contra a divindade, o Estado ou contra o próprio indivíduo que o comete. O objetivo deste trabalho é analisar os primórdios do pensamento filosófico sobre a morte voluntária no mundo ocidental.

Palavras-chave: Suicídio, Platão, Sócrates, Xenofonte, Fédon, As Leis, Apologia de Sócrates.

ABSTRACT

Suicide is a controversial issue surrounded by taboos, prejudices, and religious and moral points of view. There have always been heated debates about the motivations of those who choose a voluntary death. It seems to be common sense that suicide is contrary to one of the most defining human instincts: the instinct of preservation. This being so, why do a significant number of women and men, whether they are children, young people, or adults, choose to no longer be? Reflecting on suicide implies considering it under several perspectives: as a right, free will, ethical or moral duty (in some societies), as a mental health problem, and even as a crime against divinity, the State, or against the individual who commits it. The objective of this paper is to analyze the origins of philosophical thought on voluntary death in the Western World.

Key-words: Suicide, Plato, Socrates, Xenophon, Phedon, Laws, Apology of Socrates.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2. A MORTE DE SÓCRATES SEGUNDO PLATÃO E XENOFONTE..... | 13 |
| 3. PLATÃO E A MORTE VOLUNTÁRIA..... | 19 |
| 3.1 O SUICÍDIO EM FÉDON..... | 19 |
| 3.2 O SUICÍDIO EM AS LEIS..... | 29 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 32 |
| ANUNCIAÇÃO..... | 35 |
| NOTAS..... | 36 |
| REFERÊNCIAS..... | 37 |

1. INTRODUÇÃO

Através de Hamlet, Shakespeare pronuncia a pergunta crucial:

Ser ou não ser – eis a questão:

Será mais nobre para a mente suportar

As fundas e flechas do destino austero,

Ou abrir fogo contra o mar de angústias,

E, relutante, dar-lhes fim? Morrer, dormir –

E só; e ao dormir acreditar que damos fim

A todo pesar e às mil feridas naturais

Herdadas pelo corpo – este é o desfecho

Piamente desejado: morrer, dormir.

Dormir, talvez sonhar. (SHAKESPEARE, 2019, p.79)

Albert Camus, magistralmente, comenta a questão em “O mito de Sísifo”:

Só existe um problema filosófico realmente sério: é o suicídio. Concluir que a vida vale ou não a pena ser vivida é responder à questão fundamental da filosofia. O resto, se o mundo tem três dimensões, se o espírito tem nove ou doze categorias, vem depois. [...] O verme encontra-se no coração humano. É lá que se deve procurá-lo. É preciso seguir e compreender esse jogo mortal que leva da lucidez diante da existência à fuga para longe da luz. (CAMUS, 2014, p.19)

Émile Durkheim denomina suicídio a “todo caso de morte que resulta mediata ou imediatamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado”. (DUKHEIM, 2011, p.14)

Poder-se-ia pensar que o vocábulo suicídio seja oriundo do latim clássico. Esta é uma hipótese falsa. Havia na Antiguidade uma plêiade de expressões, geralmente perífrases, para designar o ato de, voluntariamente, dar-se cabo da própria vida, mas nenhuma delas com uma “conotação tão negativa quanto o termo ‘suicídio’ possui, por causa de seu estreito parentesco semântico com o termo ‘homicídio’” (PUENTE, 2008, p.13). A palavra surge no século XVII. Alguns defendem ser ela formada a partir do pronome reflexivo sui (si) ajuntado ao verbo caedere (matar) designando “matar a si mesmo”. Outros afirmam ser a origem da palavra o neologismo grego “autófonos”

significando “que se mata a si mesmo”. Independentemente de qual seja sua origem, a palavra é um constructo histórico que associa a morte de si ao homicídio. A ideia por trás dessa vinculação não era nova. Agostinho de Hipona foi o primeiro a relacionar a prática de tirar a própria vida ao homicídio por considerá-lo uma violação do sexto mandamento: “não matarás”. Para alguns, o termo surge pela primeira vez em 1756 na segunda edição do tratado “Theologia moralis fundamentalis” do filósofo escolástico espanhol Juan Caramuel y Lobkowitz. Outros defendem que a primeira referência surge em 1643 no texto “Religio medici” de Sir Thomas Browne, um notável polímata inglês. Uns outros acreditam ter sido o termo criado por Gautier de Saint-Victor, um teólogo, filósofo místico e cônego francês que morreu por volta de 1180, em uma obra que teria permanecido inédita até sua publicação em 1952.

Em 1645 “Religio Medici”, da autoria de Browne, foi traduzido para a língua inglesa e tornou-se um sucesso em toda a Europa. O livro foi quase de imediato listado no Index Librorum Prohibitorum, o que tornou sua circulação restrita e clandestina. Apesar da proibição, a palavra suicídio espalhou-se pela Europa sendo traduzida em vários idiomas. Browne identificava dois tipos de suicídio: o suicídio heroico, dando como exemplo o de Catão, o Jovem, e o suicídio patológico.

A morte sempre foi objeto da análise especulativa e por ser o suicídio um dos inúmeros modos de morrer, ele foi objeto da reflexão filosófica desde os seus primórdios. A morte voluntária, como problema filosófico, situa os pensadores em um amplo arco que se estende daqueles que consideram estar o homem intitulado ao direito de tirar a própria vida, se o julgar oportuno, apresentando-o como uma saída racional, àqueles que o condenam como uma fuga da prisão do corpo na qual a deidade considerou certo nos trancar, ou seja um crime contra a divindade. Ele pode, por seus opositores, ser também visto como um crime contra o Estado ou como uma violência contra a própria pessoa que o comete. Há, entretanto, uma ampla gama de nuances sutis entre esses dois extremos.

A condenação filosófica do suicídio, por escrito, foi pela primeira vez enunciada na Grécia Antiga reportando-se à tradição órfico-pitagórica anterior. Platão foi pioneiro ao incluir em um texto filosófico argumentos contrários àqueles que optam pela morte voluntária. Foi um ponto de partida: a desaprovação ora baseada em fatores religiosos, ora em fatores sociais, ou devida a aspectos morais foi expressa por várias escolas de pensamento no decorrer dos séculos. As leis acompanharam tal rejeição

estabelecendo sanções severas e desonrosas sem resolver, entretanto, o dilema de perseguir um “crime” que, segundo Durkheim, o agressor e a vítima são a mesma pessoa. O senso comum, ao menos o atual, usualmente associa a morte voluntária a um ato ou de egoísmo ou de covardia ou relaciona-a a problemas de saúde mental. Houve, e há, entretanto, pensadores e correntes filosóficas que veem no suicídio uma solução racional para findar uma existência sem sentido, ou uma ação racional que reafirma a liberdade e autonomia individuais. Esses são os que julgam os oponentes do suicídio como coibidores do livre-arbítrio humano.

Na Grécia Antiga houve uma grande pluralidade de opiniões sobre a morte voluntária, mas, dependendo da época e de certos critérios, ela era tolerada. Houve, entretanto, tempos de grande intolerância nos quais os gregos avaliaram o suicídio como algo abominável equiparando-o ao assassinato de um membro da família por outro, o que, para os helênicos, era intolerável. As leis, então, impunham sanções severas e desonrosas ao próprio cadáver do suicida. A mão de quem decidira-se pela morte voluntária era usualmente enterrada separada do corpo como para demonstrar que ela era algo diferente do indivíduo, a agressora que lhe causou um grande mal. Para desencorajar a prática, os bens dos cidadãos mortos eram confiscados, deixando as famílias na miséria. Em contrapartida, havia cidades que mantinham um estoque de veneno para aqueles que, defendendo sua causa junto ao Senado, obtinham deste a permissão oficial para se suicidar.

Corroborando o que já foi comentado, George Minois, em História do suicídio – a sociedade ocidental diante da morte voluntária, informa que a posição helênica, no que tange ao suicídio, caracterizou-se por uma ampla variedade de opiniões. Cada escola filosófica assumia um juízo específico em um arco que se estendia da condenação peremptória dos pitagóricos à aquiescência tolerante dos estoicos e epicuristas. A diversidade de opiniões refletia-se nas legislações das cidades-estados helênicas: algumas puniam, aviltando, os cadáveres dos suicidas e sequestravam seus bens, enquanto em outras cidades não havia sanções e, inclusive, lugares, como a ilha de Ceos, que estabeleceram leis incentivando o suicídio como relata Estrabão em seu livro Geografia:

É lindo, querida Fânias, aquela lei dos ceos: Quem não consegue viver bem não deve viver mal. A lei, ao que parece, prescrevia que aqueles com mais de sessenta anos deviam beber cicuta para que a comida

fosse suficiente para os outros. Também é contado que em certa ocasião, quando foram sitiados pelos atenienses aprovaram com seu voto a morte da maioria dos velhos, e que o limite de idade já estava sendo decidido quando os inimigos levantaram o cerco. (ESTRABÃO, 2008, p.506, tradução nossa)

Independentemente do rigor ou não da lei, a prática do suicídio não era incomum e há indicações de que era tolerantemente não recriminada pelos cidadãos, quando muito durante certos períodos. Minois (2018, p.53) cita uma plêiade de suicídios, pelos mais diversos motivos, que se tornaram famosos e ressonantes na Grécia: os de Zenão, Cleanto, Hegésias, Diógenes, Epicuro, Meneceu, Temístocles, Isócrates, Demóstenes, Aristodemo, Cleomenes, Pitágoras, Demócrito, Espeusipo, Panteia, Safo, Hippo, Charondas etc. A própria morte de Sócrates, a depender da interpretação, pode ser considerada uma auto supressão. A mitologia grega também é repleta de exemplos de mortes voluntárias: Egeu, Altea, Átis, Quíron, Hércules, Dejanira, Jasão, Io, Dafne, Anfião, Jocasta, Antígon, Fedra etc.

Fato é que o pensamento grego sobre a morte voluntária inicia-se com uma severa condenação do suicídio pelo conjunto de crenças e práticas religiosas conhecido como Orfismo. Eis o relato de Platão:

A esse respeito há, mesmo, uma fórmula que usam os adeptos dos Mistérios [órficos]: “É uma espécie de prisão o lugar onde nós, homens, vivemos, e é dever não libertar-se a si mesmo nem evadir-se. Fórmula essa, sem dúvida, que me parece tão grandiosa quão pouco transparente! (Plat. Féed. 62 b) (PLATÃO, 1972, p.68-69).

2. A MORTE DE SÓCRATES SEGUNDO PLATÃO E XENOFONTE

Platão abordou o julgamento de Sócrates em quatro diálogos, quais sejam: Eutífron (ou Da Religiosidade), Apologia de Sócrates, Críton (ou Do Dever) e Fédon (ou Da Alma). Xenofonte, por sua vez, discorre sobre o tema em Apologia de Sócrates e em Memoráveis (ou Ditos e feitos memoráveis de Sócrates). Não se sabe ainda, ao certo, qual das duas apologias foi escrita primeiro.

Diante de um tribunal popular, Sócrates é acusado de corromper a juventude, não honrar os deuses da cidade e de introduzir novas divindades. Os autores da acusação foram Licão, que nutria uma certa mágoa e ressentimento pessoal contra o filósofo, o poeta Meleto e Anitos, um rico curtidor de peles e influente orador e político que, por sua posição social, dava mais peso à acusação.

Na Apologia platônica, o filósofo da Academia alega que Sócrates não buscou a morte de si por razões como as apontadas por Xenofonte e nem desafiou o tribunal eximindo-se de se defender das acusações de não reconhecer os deuses do Estado, introduzir novas divindades e corromper a juventude. Entretanto, como Platão não enfatizou categoricamente que Sócrates tenha sido morto, isso sugeriria, para alguns, que ele perdeu a vida por sua própria vontade.

Ana Elias Pinheiro, em sua introdução à Apologia de Sócrates, da autoria de Xenofonte, cujo título é homólogo ao diálogo platônico, conjectura que o objetivo do autor

Seria basicamente explicar por que é que Sócrates não se defendera perante os juízes e, em última instância, em Memoráveis, ilibar a memória do mestre. O velho filósofo estava já em idade avançada e não teria julgado necessário prolongar uma vida que fora feliz e frutífera com os sofrimentos que incondicionalmente acompanham a velhice e toda a sua vida mostrava como fora ele o melhor dos homens. (PINHEIRO, 2008, p. 91)

Já no primeiro parágrafo de sua Apologia Xenofonte diz ao que veio:

Acho que vale a pena, também, recordar o modo como Sócrates, quando foi chamado a comparecer diante da justiça, deliberou sobre a sua defesa e sobre o término da sua vida. É verdade que já outros escreveram sobre este assunto e que todos coincidiram na altivez da sua linguagem, pelo que se torna óbvio que foi assim que Sócrates falou; mas não deixaram suficientemente claro que ele tinha concluído

que, para ele, a morte era já uma escolha melhor do que a vida. Sem este pressuposto, a altivez da sua linguagem parece ser bastante insensata. (Xen. Apol. 1) (XENOFONTE, 2008, p. 101, grifos nossos)

A visão de Xenofonte difere em vários pontos da de Platão, nem tanto na narração dos fatos, mas principalmente na interpretação do comportamento de Sócrates durante o julgamento. Na primeira parte de sua Apologia (1-9), Xenofonte relata que Sócrates se recusou a apresentar uma defesa que objetivasse evitar a sentença de morte. Seriam três as razões para tal: 1) sua própria vida seria um testemunho em sua defesa; 2) seu daemon teria se oposto a que ele apresentasse uma defesa convencional e 3) a morte, sob tais condições, evitaria os inconvenientes da velhice. Logo, apresentar argumentos para evitar a sentença de morte o condenaria a posteriormente a falecer devido ou a doenças atroztes ou por velhice.

Em sua defesa, o foco de Sócrates não foi refutar as acusações que o levaram a ser julgado, mas contestar acusações mais antigas. Este foi um dos fatores que fez Xenofonte afirmar que o filósofo propositadamente causou sua condenação.

José Gonçalves Poddis (2010, p.85) diz que há lógica em tal comportamento. No que se refere à impiedade, ela não concerne apenas a crimes relacionados à religião, mas também a princípios prezados e defendidos pela cidade. É um perigo para a cidade alguém que prega aos jovens valores contrários a esses princípios. Ésquines, um influente orador ateniense, afirmou, após o julgamento, que Sócrates fora condenado por ter sido o educador de Crítias, tio de Platão, que foi um dos Trinta Tiranos que governaram Atenas. Não seria estranho, portanto, que o filósofo focasse sobre este ponto.

No início de sua defesa, Sócrates busca modificar a visão que os atenienses teriam dos intelectuais em geral e dos filósofos, e dele mesmo, em particular. Sócrates entendia que as acusações a ele lançadas estavam relacionadas à sua condição de filósofo. Neste sentido, ao contrário do que pensa Xenofonte, a estratégia e o discurso de defesa socrático foram adequados. Entretanto, a interpretação de que isto teria intensificado a irritação dos juízes é pertinente. Ter ou não Sócrates agindo conscientemente de forma a irritar o tribunal é uma das principais diferenças entre as apologias de Platão e Xenofonte.

Para encerrar sua defesa ante essas acusações mais antigas, Sócrates afirma ser um homem que não se envolve nos negócios públicos e, por isso, não teria base a acusação de que tenha influenciado políticos que desgraçaram a cidade.

Xenofonte é enfático na afirmação de que Sócrates desejava a morte e não tem a hesitação de Platão em evidenciar tanto a autodeterminação quanto a autonomia de Sócrates em sua vontade consciente de morrer. Ele não atribuía o falecimento de seu mestre a uma determinação estatal, ou seja, a uma sentença condenatória, por considerar que esta foi o resultado esperado das ações de Sócrates no decorrer de seu julgamento. Foi, portanto, consequência de suas decisões.

Conforme Xenofonte, Sócrates teria dito:

Não, por Zeus, Hermógenes [...] não serei eu que vou ansiar por uma tal situação; antes, acredito que todas essas vantagens as recebi dos deuses e dos homens, incluindo a opinião que tenho de mim mesmo, e se por causa de tais benefícios desagradado aos juízes, então, antes prefiro morrer a viver servilmente, mendigando o benefício de uma vida muito pior do que a morte. (Xen. Apol. 9) (XENOFONTE, 2008, p. 103-104).

Independentemente da polêmica quanto à defesa apresentada por Sócrates, ele poderia ter evitado a morte pagando uma multa, mas ele se eximiu de fazê-lo. Por fim, também se opôs a fugir quando seus amigos lhe suplicaram que o fizesse.

Para Xenofonte, segundo Ana Elias Pinheiro, Sócrates tinha a consciência de sua inocência e julgava que as gerações futuras o reabilitariam. Entretanto, é fato que, com sua morte, ele evitaria as mazelas e os sofrimentos da velhice como a deterioração progressiva de sua capacidade de pensar. Ele também julgava que a injustiça de sua sentença tornar-se-ia vergonhosa para todos aqueles que o apenaram, visto que é deplorável e indefensável o cometimento de um ato injusto. O filósofo do método maiêutico tinha a convicção de que seria reconhecido, na posteridade, de modo distinto daqueles que o sentenciaram, pois, a injustiça do agir destes se evidenciaria, em contraste, com o testemunho de sua própria vida: ele nunca fez mal a alguém e, ao contrário, sempre se empenhou em tornar melhores aqueles que o cercavam.

Em sua dissertação de mestrado, *Morte e sacrifício na Grécia antiga*, Poddis informa que, em sua defesa, Sócrates declara que

Sua condenação fará mais mal à cidade do que a ele próprio, pois é injusto (o mal pior) condenar um homem correto à morte, que agiu obedecendo ao deus. Explica que abandonou seus interesses particulares em razão de servir a cidade e viveu com o intuito de fazê-la prestar atenção na virtude, sem cobrar honorários. Conclui afirmando que seus acusadores deveriam se envergonhar de acusá-lo. Sua defesa, na Apologia de Platão, não é contra as leis da cidade, mas contra a injustiça de condená-lo por crimes que não cometeu. Ele diz aos juízes que podem matá-lo, exilá-lo e tirar seus direitos civis, achando que estão lhe causando um grande mal, mas não estão. Mandar um homem injustamente para a morte sim. Essa veemência descreve diretamente a hierarquia socrática de verdadeiro bem. (PODDIS, 2010, p. 95-96).

A serenidade de Sócrates ante a morte, mesmo ao beber a cicuta, seria, para Xenofonte, uma demonstração de sua pureza interior, entretanto, continuamente, o discípulo reafirmava que a morte do mestre teria sido uma opção voluntária:

Ao elogiar-se a si próprio diante do tribunal, Sócrates despertou a inveja dos juízes e tornou-os ainda mais veementes na sua condenação. A mim, contudo, parece--me que completou um destino grato aos deuses, pois evitou a parte mais penosa da vida e encontrou a mais fácil das mortes. Deu assim provas da força do seu espírito, pois, tendo percebido que para ele era preferível morrer a continuar a viver, tal como nunca rejeitara outros bens da vida, também não se mostrou cobarde diante da morte e aceitou-a e recebeu-a com alegria. (Xen. Apol. 32-33) (XENOFONTE, 2008, p. 114).

Tal insistência será objeto das críticas de muitos que consideram ter Xenofonte denegrado a imagem de seu mentor.

Ao comentar o diálogo Críton, Alida Airaghi (2017, p.77) destaca que a recusa do filósofo em aceitar o plano de fuga elaborado por seus amigos teve razões de ordem ideal e de ordem prática. No plano das ideias, Sócrates intentou tanto reafirmar que a justiça e a lei são superiores às interpretações que os homens delas fazem quanto explicitar a coerência de sua vida guiada pela ininterrupta procura do bem e da verdade. Do ponto de vista prático, Sócrates temeu que, com sua fuga, ele viesse a ser, posteriormente, recriminado por muitos, que seus filhos, parentes e amigos envergonhassem-se dele ou viessem, por sua causa, a sofrer perseguições e maus-tratos.

Há uma outra possível explicação para Sócrates ter se recusado a fugir quando alguns de seus discípulos articularam com o carcereiro um plano de fuga. Ele estaria, em seu entender, fazendo uma troca desvantajosa: sua vida física pela morte de sua palavra e de seu pensamento. Esta seria uma forma indigna de manter a vida. Ele cria que, com sua morte, suas palavras teriam um alcance muito maior. Esse mesmo argumento pode ser usado para explicar o porquê de ele não ter aceitado pagar uma multa que suspenderia a aplicação de sua sentença de morte.

Platão, em Críton, relata uma visita deste a Sócrates. Críton pergunta ao amigo se não é justo que ele fuja da prisão já que foi injustamente condenado? Ademais, morrendo ele não deixaria desamparados seus filhos? Em resposta, Sócrates diz que seguirá firme obedecendo sua ética e, mesmo que a sorte o abandone, ele não abdicará dos valores que sempre considerou justos e, aos setenta anos, ter um outro tipo de conduta. O que Sócrates parece implicar é que não vale a pena viver se não é possível viver justamente. O filósofo acrescenta que não faltará quem diga, em relação à fuga, que ele é um ancião que, já não tendo muito tempo a viver, mas tendo tanta paixão pela vida, não se furtou de infringir as leis. Quanto aos filhos, Sócrates diz que eles não podem contar com o pai para educá-los porque não é sabido o quanto um pai irá viver. Ademais, como os filhos são educados para e pela cidade para serem cidadãos, os amigos do pai são igualmente aptos para educá-los.

Para Platão, Sócrates deixou-se matar pelas razões, mais nobres. Xenofonte, entretanto, sugere que Sócrates, com quase setenta anos, estava cansado da vida e temia a deterioração de sua capacidade de pensar devido às doenças da velhice e não via razões para prolongar sua existência. Tais argumentos não são necessariamente excludentes.

Alida Airaghi defende a tese segundo a qual a condenação do suicídio é estranha ao pensamento socrático pois:

De acordo com Sócrates, todo homem quer seu próprio bem, e o objetivo de toda ação humana deve ser a busca pelo bem, mesmo que não seja conscientemente implementado. Assim, mesmo qualquer ato contra seu próprio corpo, até mesmo a autodestruição física, se enquadrada em uma dimensão mais ampla para além do contingente e não causada por razões irracionais e muito personalistas, pode ser justificada filosoficamente. (AIRAGHI, 2017, p. 47).

Tendo-se em vista as posições tanto de Platão quanto de Xenofonte sobre o julgamento e morte de Sócrates, é mister notar que não há registros escritos da obra e dos pensamentos de Sócrates. Tudo o que é a ele atribuído é fruto de testemunhos. Assim é necessária cautela para distinguir o que realmente é reflexão socrática e o que são posições de seus discípulos por estes atribuídos ao mestre. Este é um cuidado que se deve ter ao ler-se o que é atribuído a Sócrates nos diálogos platônicos Eutífron, Apologia de Sócrates, Críton e Fédon (ou Da Alma). O caso de “As leis” é diferente. Esta é uma obra da maturidade platônica, escrita sob o ponto de vista do legislador e que reflete, no que tange ao suicídio, as reflexões de toda a vida do autor.

É importante destacar as interpretações diversas da morte de Sócrates porque elas influenciarão as reflexões sobre suicídio de vários pensadores e correntes filosóficas no decorrer dos séculos vindouros.

3. PLATÃO E A MORTE VOLUNTÁRIA

3.1 O SUICÍDIO EM FÉDON

Platão aborda a questão da morte voluntária, mais diretamente, em dois de seus diálogos: Fédon e As leis.

Os argumentos apresentados em Fédon são muito mais complexos até porque é necessário tentar diferenciar quais são as teorias socráticas e quais são as de Platão que ele atribuiu a Sócrates. A notar, porém, que é difícil tal distinção porque elas estão interpenetradas.

Em Fédon, o diálogo é narrado a partir da perspectiva de um discípulo de Sócrates, Fédon de Élis, que esteve presente quando da morte do seu mestre. Participam da maiêutica socrática Cebes e Símiás ambos também testemunhas do acontecimento.

A conversar com Símiás, Sócrates diz considerar a morte como libertação do pensamento. Somente após a morte, o conhecimento puro, ou seja, a verdade, seria encontrado, mas, enquanto a morte não vem, um filósofo, para adquirir saberes, deveria separar o máximo possível o pensamento do corpo e, em suas investigações, não utilizar os sentidos corporais.

Defendendo tal posição, seu argumento é dividido em etapas. O mestre da maiêutica define a morte como a separação da alma do corpo:

[Sócrates:] [...] é a morte alguma cousa? [...] nada mais do. que a separação da alma e do corpo, não é? Estar morto consiste nisto: apartado da alma e separado dela, o corpo isolado em si mesmo; a alma, por sua vez, apartada do corpo e separada dele, isolada em si mesma. A morte é apenas isso?

[Símiás:] Sim, consiste justamente nisso. (Plat. Fédon. 64 c – 64 d)
(PLATÃO, 1972, p.71)

Para Sócrates, o verdadeiro filósofo tem a convicção de que alcançará uma felicidade inigualável quando estiver morto e, por conseguinte, para aquele que verdadeiramente dedica-se à filosofia, sua verdadeira função é “preparar-se para morrer e em estar morto”. Assim, no diálogo, Platão escreve:

[Sócrates:] [...] considero que o homem que realmente consagrou sua vida à filosofia é senhor de legítima convicção no momento da morte, possui esperança de ir encontrar para si, no além, excelentes bens

quando estiver morto! [...] quando uma pessoa se dedica à filosofia no sentido correto do termo, não ignora que sua única ocupação consiste em preparar-se para morrer e em estar morto! Se isso é verdadeiro, bem estranho seria que, [...] quando a morte vem, venha a irritar-se com a presença daquilo que até então tivera presente no pensamento e de que fizera sua ocupação! (Plat. Féed. 64 a – 64 b) (PLATÃO, 1972, p.71)

Posteriormente, Sócrates comenta que o corpo é um empecilho para que a sabedoria pura seja alcançada até porque as sensações corporais são inexatas. Enquanto o filósofo estiver vivo, ele só chegará a algum tipo de saber se e somente se fizer suas investigações sem o auxílio do corpo e de seus sentidos, utilizando-se apenas do pensamento:

[...] Quando se trata de adquirir verdadeiramente a sabedoria, é ou não o corpo um entrave se na investigação lhe pedimos auxílio? [...] dentre as sensações corporais estas não possuem exatidão e são incertas [...]

Quando é, pois, que a alma atinge a verdade? Temos dum lado que, quando ela deseja investigar com a ajuda do corpo qualquer questão que seja, o corpo, é claro, a engana radicalmente. [...]

Não é, por conseguinte, no ato de raciocinar, e não de outro modo, que a alma apreende, em parte, a realidade de um ser? (Plat. Féed. 65 a - 65 b) (PLATÃO, 1972, p. 72).

Sócrates expressa continuamente o seu desejo e a sua vocação para a morte, quando a alma, liberta do corpo, alcançaria a sabedoria. Ele ressalta que, enquanto não é possível vagar pelo Hades, o verdadeiro filósofo deveria segregar tudo o que for corpóreo ou sensível, libertando, tanto quanto possível, sua a alma de seu corpo para que o pensamento, em si, possa atingir saberes. Por isso, enquanto o filósofo estiver vivo:

[...] Ela [a alma] raciocina melhor precisamente quando nenhum empecilho lhe advém de nenhuma parte, nem do ouvido, nem da vista, nem dum sofrimento, nem sobretudo dum prazer — mas sim quando se isola o mais que pode em si mesma, abandonando o corpo à sua sorte, quando, rompendo tanto quanto lhe é possível qualquer união, qualquer contato com ele, anseia pelo real? [verdade] [...]

E não é, ademais, nessa ocasião que a alma do filósofo, alçando-se ao mais alto ponto, desdenha o corpo e dele foge, enquanto por outro lado

procura isolar-se em si mesma? (Plat. Féd. 65 c-d) (PLATÃO, 1972, p. 72)

Sócrates então explica o porquê seria ridículo o filósofo, que reconhece ser apenas no após a morte possível adquirir a sabedoria verdadeira, incomodar-se com ela quando esta a ele se anunciasse:

Ter uma alma desligada e posta à parte do corpo, não é esse o sentido exato da palavra “morte”? [...] E os que mais desejam essa separação, os únicos que a desejam, não são por acaso aqueles que, no bom sentido do termo, se dedicam à filosofia? O exercício próprio dos filósofos não é precisamente libertar a alma e afastá-la do corpo? [...]

Não seria, pois, como eu dizia ao começar esta nossa conversa, uma coisa ridícula por parte dum homem, que durante toda a vida se houvesse esforçado por se aproximar o mais possível do estado em que ficamos quando estamos mortos, irritar-se contra a morte quando esta se lhe apresentasse? (Plat. Féd. 67 d-e) (PLATÃO, 1972, p.75)

Quanto ao atingir o conhecimento puro, Platão comenta:

Se, com efeito, é impossível, enquanto perdura a união com o corpo, obter qualquer conhecimento puro, então de duas uma: ou jamais nos será possível conseguir de nenhum modo a sabedoria, ou a conseguiremos apenas quando estivermos mortos, porque nesse momento a alma, separada do corpo, existirá em si mesma e por si mesma, mas nunca antes. Além disso, por todo o tempo que durar nossa vida, estaremos mais próximos do saber, parece-me, quando nos afastarmos o mais possível da sociedade e da união com o corpo. (Plat. Féd. 66 e – 67 a) (PLATÃO, 1972, p.74).

Aqui faz-se mister comentar brevemente alguns pontos basilares do pensamento platônico.

Há, segundo Platão, de acordo com a Teoria da Ideias ou Teoria das Formas, dois mundos. Um que é sensível, físico, das aparências e da multiplicidade, onde as coisas estão em constante mudança e onde elas nada mais são do que meras imagens e representações incompletas de si mesmas e de suas verdadeiras essências. Nesse mundo, percebemos com os nossos sentidos apenas as sombras das coisas como elas realmente são, como no Mito da Caverna, e do porquê elas assim o são. Tudo é transitório e está em mutação. Este é o universo reservado às doxas, às opiniões. Em contrapartida, há o mundo das ideias, onde encontra-se o ser

verdadeiro, o ser por excelência. Lá as coisas são estáveis e permanentes e impõem-se como algo absoluto. É o mundo da forma mais pura, da essência, da perseidade onde tudo é não apenas inteligível, mas incorpóreo, imutável, pleno, uno, perfeito, eterno, onde o princípio da identidade está acima da multiplicidade. É um universo invisível aos sentidos e perceptível apenas pela inteligência. É o habitat do logos, da episteme, do conhecimento, onde estão as causas verdadeiras das coisas. Essas formas universais têm uma existência independente do mundo sensível situando-se em uma dimensão metafísica radicalmente distinta do plano físico.

Para Platão, as ideias não são fruto do pensamento humano, são seres em si mesmas e, apesar de incorpóreas, existem objetivamente. São acessíveis apenas pelo pensamento. O que há de permanente é a ideia, que é transcendente. Os objetos, que são imanentes, são mutáveis e perecem justamente por não serem uma ideia, mas uma imperfeita representação dela.

Quanto ao homem, há o corpo, pertencente à realidade material, que é mortal e sofre inúmeras transformações até decompor-se totalmente com a morte. Existe também a alma, pertencente ao mundo das ideias, que é imortal, não perece e não se decompõe mesmo com a morte do corpo.

Dada as considerações tecidas acima, após sua condenação, a morte iminente não era para Sócrates algo a temer, ao contrário, o pensador a aguardava tranquilamente, como o relata Fédon a Equécrates:

Enquanto estive ao lado de Sócrates minhas impressões pessoais foram, de fato, bem singulares. Na verdade, ao pensamento de que assistia à morte desse homem ao qual me achava ligado pela amizade, não era a compaixão o que me tomava. O que eu tinha sob os olhos, Equécrates, era um homem feliz: feliz, tanto na maneira de comportar-se como na de conversar, tal era a tranqüila nobreza que havia no seu fim. E isso, de tal modo que ele me dava a impressão, de que ele devia encaminhar-se para as regiões do Hades, de para lá se dirigir auxiliado por um concurso divino, e de ir encontrar no além, uma vez chegado, uma felicidade tal como ninguém jamais conheceu! (Plat. Féd. 58 e) (PLATÃO, 1972, p.64-65).

Entendo que, implicitamente, nesse trecho de Fédon, Platão introduz a ideia de que o destino, ou seja, o concurso divino, deseja a morte de Sócrates. Alida Airaghi, em sua tese de doutorado “Il suicidio nel pensiero greco”, ressalta essa ideia

introduzida por Platão e aponta a divergência, no que tange à morte de Sócrates, entre dois de seus discípulos: Platão e Xenofonte. Para Airaghini, Sócrates, por estar à frente de seu tempo, não foi compreendido por seus conterrâneos e, conseqüentemente, foi condenado à morte. Entretanto, mais do que aceitar a morte, ele, de fato, se oferece a ela. Segundo a poeta veronense,

Para o Sócrates platônico da Apologia, o fato de se matar não parece ser de particular importância negativa ou positivamente: ele o aceita com fatalismo, como um sinal do destino, um desejo de honrar a Deus; matar-se não é crime se alguém respeita a própria pessoa e o significado da própria vida através da morte. (AIRAGHI, 2017, p. 71).

Para corroborar sua tese, ela cita a Apologia de Sócrates:

Mas também vós, ó juízes, deveis ter boa esperança em relação à morte, e considerar esta única verdade: que não é possível haver algum mal para um homem de bem, nem durante a vida, nem depois da morte, e que os Deuses não se interessam do que a ele concerne; e que, por isso mesmo, o que hoje aconteceu, no que a mim concerne, não é devido ao acaso, mas é a prova de que para mim era melhor morrer agora e ser libertado das coisas deste mundo. Eis também a razão por que a divina voz não me dissuadiu, e porque, de minha parte, não estou zangado com aqueles cujos votos me condenaram, nem contra meus acusadores. [...]

É a hora de irmos: eu para a morte, vós para as vossas vidas; quem terá a melhor sorte? Só os Deuses sabem. (Plat. Apol. XXX. 41 c - 42 a) (PLATÃO, 2003, p. 30)

O melhor não é viver ou morrer de qualquer maneira, mas chegar à verdade e manifestar-se com sinceridade aos deuses.

Dado o desejo de morte tão manifesto em Sócrates, não soa estranha a pergunta de Cebes:

Como podes dizer, Sócrates, que não é permitido fazer violência contra si mesmo, e, por outro lado, que o filósofo não deseja nada melhor do que poder seguir aquele que morre? (Plat. Féd. 61 d) (PLATÃO, 1972, p.68).

A pergunta é novamente formulada, em outros termos, por Cebes posteriormente:

Por que motivo se pode certamente negar que seja coisa permitida o suicídio? Eu mesmo, com efeito (é o que nos perguntavas há pouco), já ouvi Filolau dizer, no tempo em que se encontrava entre nós, e também a outros, que tal coisa não se pode fazer. Mas ninguém já foi capaz de ensinar-me qualquer coisa de exato a esse respeito. (Plat. Fé. 61 e) (PLATÃO, 1972, p.68).

Notar que, anteriormente, Sócrates já havia feito um comentário a respeito: “Todavia, é de esperar que Eveno não fará violência contra si mesmo, pois, segundo *dizem*, isso não é permitido” (Plat. Fé. 61 c) (PLATÃO, 1972, p.68).

É importante aqui observar a redação desse trecho do diálogo. Sócrates não recrimina o suicídio nem se pronuncia sobre sua ilegalidade. Não exprime um julgamento próprio. Ele apenas comenta que “*dizem*” ser o suicídio não permitido. Expressa, portanto, uma opinião alheia, no caso, a de Filolau.

É mister fazer uma regressão. A condenação do suicídio parece ter uma origem órfica principalmente se considerarmos os pontos basilares dessa doutrina. Os órficos tinham horror a sangue, guiavam-se por um estrito sentido de justiça e respeito à lei. Ademais, acreditavam que a alma, além de ter uma origem divina, era imortal. O corpo seria uma espécie de prisão onde a divindade achou por bem trancar a alma por um certo período. Criam que a alma retornaria à divindade-criadora. O homem deveria pagar o pecado de ter nascido, purgando-se. O retorno da alma só seria possível pela purificação realizada através de um processo de ascetismo e catarse. Pode-se concluir então que, para eles, seria uma desobediência, um crime contra a divindade, abreviar a própria vida através de uma morte voluntária pois isso impediria que o período estabelecido para o processo de purificação da alma fosse cumprido. Tendo o homem a obrigação de corrigir, ao longo de sua vida, o pecado de ter nascido através de um processo temporariamente determinado de purificação, a reparação do pecado jamais poderia ser alcançada por um ato de auto violência que abreviasse o procedimento.

Pitágoras herdou do orfismo a crença na imortalidade da alma e da oposição corpo-alma que reflete o antagonismo mal e bem. Ele cria na transmigração da alma de um corpo para outro. Não há nenhum registro sobre a condenação de Pitágoras ao suicídio a não ser através de Filolau que, muito bem, poderia estar expressando o seu ponto de vista e não o pitagórico. Pitágoras, entretanto, herdou das doutrinas e

tradições órficas a ideia do corpo como prisão e sepulcro da alma. Seria lógico que ele condenasse a morte voluntária.

Platão cita a doutrina órfica em várias de suas obras, mas, especificamente em Fédon, Sócrates, não expõe diretamente sua oposição ao suicídio, apenas declara que “dizem não ser permitido” baseando-se nos órficos e em Filolau. *Assim sendo, a proibição não é socrática*. Em Fédon, Sócrates indica quais seriam as causas de tal interdição.

A primeira das razões referidas é:

A esse respeito há, mesmo, uma fórmula que usam os adeptos dos Mistérios: “É uma espécie de prisão o lugar onde nós, homens, vivemos, e é dever não libertar-se a si mesmo nem evadir-se.” Fórmula essa, sem dúvida, que me parece tão grandiosa quão pouco transparente! (Plat. Féed. 62 b) (PLATÃO, 1972, p.68-69).

A segunda razão mencionada é:

Os Deuses são aqueles sob cuja guarda estamos, e nós, homens, somos uma parte da propriedade dos Deuses. Não te parece que é assim? [...] E tu, por acaso [...] não havias de querer mal a um ser de tua propriedade que se matasse sem que tal lhe tivesses permitido? E não tirarias de seu ato a vingança que fosses capaz de tirar? [...] É provável, portanto, que neste sentido nada exista de irracional no dever de não nos matarmos, de aguardarmos que *a divindade envie qualquer ordem semelhante àquela que hoje se apresenta para mim*. (Plat. Féed. 62 b-c) (PLATÃO, 1972, p.69, grifos nossos).

As duas causas são de naturezas distintas. Na primeira, Sócrates relata o que levaria os órficos a proibirem a morte voluntária, mas acrescenta que que tal fórmula lhe “parece tão grandiosa quão pouco transparente!”. A segunda razão já seria de sua própria lavra e constituída somente para esclarecer a primeira e cujo sentido é: não nos podemos matar porque somos propriedades dos deuses e ao escolhermos, antecipadamente, darmos cabo da nossa própria vida estamos a cometer uma ofensa, um crime contra as divindades. Alida Airaghi, pergunta-se se Platão não colocou na boca de Sócrates sua própria opinião e não aquilo o que retratava a doutrina de seu mestre:

Como então podemos evitar a dúvida de que o aluno fez o mestre expressar não a sua, mas a opinião do aluno para então gozar de um

aval na sua condenação do suicídio baseada em uma tradição bem consolidada por predecessores ilustres? (AIRAGHI, 2017, p. 89, tradução nossa).

Na interpretação de Airaghi, em todo o diálogo Fédon, Sócrates mostra-se cauteloso ao abordar o suicídio. Segundo a autora, somente a “exaltação do morrer filosófico” é claramente identificada como uma doutrina socrática.

A notar que, na segunda razão de condenação do suicídio, Platão realiza um duplo movimento se tiver, de fato, colocado na boca do mestre uma opinião sua. O segundo movimento é a condicionalidade da proibição, visto que a morte voluntária seria “racional” e permitida se e somente se o suicida recebesse da divindade uma *“ordem semelhante àquela que hoje se apresenta para mim [Sócrates]”*. Seria necessário, portanto, uma ordem expressa da divindade, como a dada a Sócrates por seu daemon, para que o suicídio fosse permitido. Interessantemente, em “As Leis”, tal ordem expressa não será uma das três exceções que justificariam a morte voluntária. Parece-me que a autorização divina talvez tenha, nesse trecho, a função de amenizar o desconforto de Platão com o que seria a morte voluntária de Sócrates pois é nesse trecho de Fédon, pela primeira vez, que o próprio Sócrates admite sua morte como um suicídio. Entretanto, este seria lícito pois autorizado pela divindade.

Na obra de Platão, a proibição condicionada do suicídio, a visão da morte voluntária como uma ofensa aos deuses e a possível atribuição de suas ideias a Sócrates geraram, através dos séculos, polêmicas e críticas. Uma delas afirma que a crença na imortalidade da alma já era corrente entre os órficos e foi plenamente adotada por Sócrates, este, entretanto, ao contrário de Platão, aparentemente não atribuía à morte voluntária o caráter de uma gravíssima ofensa aos deuses pois, se o fizesse, ele teria preferido fugir, contrariando a lei, a cometer o sacrilégio que seria matar-se. Ao que tudo indica, sua tolerância para com aqueles que davam cabo da sua própria vida indicava que, para ele, a opção pelo matar-se a si não invalidaria os atos de uma vida direcionada à justiça e ao bem.

Em sua tese de doutorado, Alida Airaghi cita vários críticos entre os quais este trabalho menciona alguns.

No artigo “Del suicidio nei dialoghi platonici” (Sobre o suicídio nos diálogos platônicos), Alessandro Chiappeli (1857 – 1931) escreveu:

O argumento religioso contra o suicídio, em Fédon, não é nada mais do que um sofisma. [...] Catão, o Jovem, tendo lido este diálogo platônico duas vezes, tirou sua própria vida. [...] Uma antiga tradição conectava Fédon [...] com exemplos de suicídios famosos. [...] sabemos de Cleômbroto de Ambrácia, aluno de Sócrates, assim que leu Fédon, correu para um penhasco e tirou a própria vida. [...] O que quer que se julgue sobre a credibilidade dessas informações, permanece firme que os antigos, com o que é relatado, não viram qualquer contradição entre esses fatos e a doutrina contida no Fédon, visto que nunca questionam como um diálogo, no que diz respeito à proibição expressa do suicídio, pôde vir a ser, como se diz de Egésia o cirenaico, um “persuasor da morte”. (CHIAPPELLI, 1884-85, apud AIRAGHI, 2017, p. 91).

Chiappelli, ante um diálogo que proíbe o suicídio, salvo uma única exceção, mas que funciona como um persuasor da morte voluntária, parece querer indicar que o desejo de morte tão manifesto em Sócrates no diálogo Fédon, seu conselho no sentido de que o filósofo deveria, o máximo possível, enquanto vivo, separar o pensamento do corpo para poder adquirir saberes e sua afirmação de que o verdadeiro conhecimento só seria atingido após a separação da alma do corpo, ou seja, após a morte, seriam fatores incentivadores da morte voluntária. Ademais, eu entendo, a única exceção admitida em Fédon para justificar o suicídio, uma ordem ou autorização expressa da divindade para que o indivíduo optasse pela morte voluntária, como Platão relata ser o caso de Sócrates, não está devidamente especificada, logo, todo suicida em potencial poderia dizer a si mesmo ter recebido das divindades tal ordem ou autorização.

No artigo “Il suicidio in Platone” (O suicídio em Platão), publicado em 1889 na Rivista Italiana di Filosofia, Vincenzo Poggi, um estudioso de Platão, comenta:

Esses dois estudiosos de Platão [Olimpiodoro e Sebastiano Erizzo comentando o Fédon] parecem estar ambos comigo, afirmando, em seus comentários, que qualquer um pode se matar quando houver necessidade. Na verdade, Olimpiodoro, [...] [diz] que Platão acrescenta à sua aparente proibição do suicídio, [...] certos casos de suicídios legítimos [...] e [afirma também] que outras passagens de Platão e das doutrinas estoica e neoplatônica concluem que é razoável cometer suicídio para o bem maior da alma, como quando ela é danificada pelo corpo. (POGGI, 1889, p.23-24, apud AIRAGHI, 2017, p. 93).

Appiano Buonafede, um padre e filósofo italiano, ele próprio contrário ao suicídio, em “Istoria critica e filosofica del suicidio ragionato” (História crítica e filosófica do suicídio racional), partindo da exceção platônica referente à ordem expressa divina para o cometimento do suicídio, por ele chamada de “justa causa”, afirma que:

Não deveria parecer ousado deduzir que Platão, como seus mestres, não era muito inimigo do suicídio, opinião que ele confirma fortemente com o que ensinou no IX livro das Leis [...] A alma, que segundo a doutrina de Pitágoras e Platão, é o próprio Deus, [...] se despede da vida quando vê que há justa causa. Não queremos nos gabar desta interpretação, porque parece muito antiga, e talvez Cícero [...] já a tenha tido antes de nós quando escreveu: “Mas quando o próprio Deus nos deu uma causa justa, como anteriormente fez com Sócrates, e ultimamente com Catão, e muitas vezes com muitos outros, nesse caso, certamente todo homem de bom senso trocaria alegremente esta escuridão por aquela luz”. (BUOAFEDE, 1788, p.43-44, apud AIRAGHI, 2017, p. 93).

Para Poggi e Buonafede, a proibição de Platão ao suicídio não é tão rígida quanto ele quer fazer crer. De fato, ela seria bem maleável.

A crítica de Alida Airaghi segue uma linha distinta das supracitadas. Segundo a autora italiana, apesar da exceção, a proibição platônica do suicídio é substancial e, para dar-lhe amparo, Platão a expressa pela voz de Sócrates, tornando-a ainda mais forte. Conforme Airaghi, sua severidade influirá em uma significativa parte da reflexão filosófica sobre a morte voluntária nos séculos vindouros.

George Minois, em a “História do suicídio”, tem uma perspectiva diferente da de Airaghi, sendo mais próximo de Poggi e Buonafede. Para Minois, no que tange à morte voluntária, Platão teria uma postura muito mais flexível, matizada e indefinida do que a posição aristotélica. Para ele, os pensadores cristãos apropriaram-se da reflexão platônica sobre o suicídio e a deturparam para estabelecer uma doutrina extremamente rígida e condenatória da morte de si mesmo.

3.2 O SUICÍDIO EM AS LEIS

Os argumentos sobre a morte voluntária apresentados em As Leis são muito mais simples do que os de Fédon. Nesse diálogo, Platão expressa a sua visão de legislador que proíbe o suicídio e estabelece sanções para os transgressores, no caso aos cadáveres dos que optaram pela autossupressão, baseado em considerações sociais e políticas e não em argumentos filosófico-morais.

A legislação platônica sobre a morte voluntária encontra-se no Livro IX de As Leis assim expressa:

E quanto àquele que matar a pessoa que é, como se costuma dizer, a mais íntima e cara de todas – que pena lhe caberá? Refiro-me ao ser humano que mata a si mesmo [com um ato violento], privando a si próprio da porção de vida que lhe conferiu o destino, sem que o Estado legalmente o determine, e quando não é por ele obrigado a isso devido à ocorrência de alguma desgraça intolerável e inevitável, e nem tampouco por incorrer em alguma ignomínia irremediável ou insustentável, mas quando simplesmente inflige sobre si mesmo essa pena iníqua ditada pela indolência e a covardia. Neste caso, o resto das matérias – referentes a regras a respeito de ritos de purificação e o sepultamento – entra no âmbito do conhecimento do deus, e com relação a isso, o parente mais próximo do suicida terá que colher informações dos intérpretes e das leis referentes a essas matérias, e agir conforme suas instruções. Mas para os que forem assim destruídos, os túmulos serão, em primeiro lugar, numa posição isolada, sem sequer um outro túmulo adjacente, e em segundo lugar, deverão ser enterrados naqueles limites dos doze distritos que são desérticos e inominados, sem qualquer menção, sem qualquer lápide nem nome que indiquem seus túmulos. (Plat. Leg. IX 873 c-e). (PLATÃO, 2010, p.383-384)

Como já comentado anteriormente, não existiam no idioma grego ou romano antigos palavras como suicídio ou suicida para designar o ato de quem põe fim à sua própria vida e àquele que o executa. Por isso, os gregos a eles se referiam através de perífrases. No trecho sobre a morte voluntária, Platão utiliza quatro delas para designar o suicida: aquele 1) “que mata a pessoa que é”; 2) que mata a si mesmo [com um ato violento]; 3) que inflige sobre si mesmo essa pena iníqua ou 4) os que forem assim destruídos.

O filósofo da Academia define o suicida como o “ser humano que mata a si mesmo [com um ato violento], privando a si próprio da porção de vida que lhe conferiu o destino” e também como aquele que “simplesmente inflige sobre si mesmo essa pena iníqua ditada pela indolência e a covardia” Em outras palavras, para Platão, aquele que opta pela morte voluntária, abdicando de uma parcela da vida que tinha-lhe sido dada pelo destino, comete um crime contra as divindades. Ademais, estes indivíduos são indolentes e covardes.

Sobre o texto, pode-se observar que, já na primeira frase, Platão aborda a questão da punição e caracteriza o suicídio como mais sério do que o assassinato porque perpetrado contra a pessoa mais “íntima e cara de todas”, ou seja, contra si mesmo.

Nesse trecho do diálogo, Platão lista três exceções de mortes voluntárias motivadas por razões que as tornariam lícitas e justificadas. São os casos de indivíduos que cometem suicídio

- a) legalmente determinados pela pólis através de uma sentença condenatória, como no caso de Sócrates;
- b) não determinado pela pólis, mas devido à “ocorrência de alguma desgraça intolerável e inevitável”;
- c) não determinado pela cidade, mas por estarem sujeitos a “alguma ignomínia irremediável ou insustentável”.

Notar que as duas últimas exceções podem abrigar um número muito grande de situações que tornariam a morte voluntária permitida e justificada. “Uma desgraça intolerável e inevitável” pode referir-se a qualquer doença muito dolorosa e incurável. Sujeitar-se a “ignomínia irremediável e insustentável” pode significar ser submetido, por algum motivo, a uma grande desonra, vergonha, afronta etc. ou ser, segundo Minois (2018, p. 55), “detentor de um destino miserável que pode abranger situações da penúria à humilhação”.

Aos que não se enquadrassem nas exceções, as sanções precisariam ser aplicadas. Para a maioria das sensibilidades atuais soa bizarro que punições sejam aplicadas contra um cadáver. Esta é uma visão anacrônica pois, para os helenos, restrições contra os cadáveres ou contra o sepultamento eram motivos graves de constrangimento, vergonha e desonra. Não é à toa que as penas aplicáveis aos

cadáveres dos suicidas eram serem enterrados nos “desérticos e inominados” limites da cidade sem qualquer lápide, nome ou referência que pudessem identificar seus túmulos. Túmulos estes que deveriam ser isolados, sem qualquer outra sepultura próxima. Ademais, como o suicida atentou contra a divindade, seu ritual de purificação e sepultamento não mais seriam os usuais: estes passam a ser assuntos sob o domínio da divindade e, assim sendo, o familiar mais próximo do suicida deveria providenciar um oráculo que pudesse informar quais as exigências do deus.

O que estas punições mostram é que o suicida, qualquer que seja a camada da população a que pertença, seja cidadão, meteco ou escravo, perde sua identidade, a cidade não mais o reconhece, nem mesmo os seus túmulos são identificáveis.

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Shakespeare pronuncia em Hamlet a pergunta crucial: “Ser ou não ser?” Por que alguns homens e mulheres escolheram não mais ser? Esta é uma indagação fundamental por afetar indivíduos e sociedades expondo os seus valores mais caros.

O suicídio tem sido tratado no âmbito da filosofia quase sempre revestido por um forte componente moral. Muitos pensadores o condenaram ou como uma ofensa aos deuses ou à polis. Outros, concederam-lhe, sob certas circunstâncias, alguma legitimidade. Baruch Spinoza não o defende nem o condena, mas assevera que o homem que se esforce para não existir é tão impossível como algo que surja do nada, além do que proclama que os que se suicidam são de ânimo impotente e foram totalmente vencidos por causas exteriores que repugnam a sua natureza.

Os tempos atuais firmam, apesar das reações contrárias, os direitos individuais, aos quais é atribuído um valor inalienável. A opção de viver ou interromper a vida seria um ato pessoal e consciente que expressaria uma vontade livre. Seria não apenas um direito, mas uma questão de livre arbítrio. Os que assim pensam costumam citar Sêneca:

Há que remover de vez o desejo de viver, e tomar consciência de que é irrelevante a data em que passamos por algo - a morte - porque é inevitável passar. Importa, sim, é a qualidade, não a duração da nossa vida; e, frequentemente, para viver bem, até é preferível não viver muito tempo! (SÊNECA, 1965, p.558)

E como é maior o perigo de viver mal do que o de morrer antes do tempo, estúpido seria aquele que, com um exíguo sacrifício de tempo, se não libertasse de tantas contingências aleatórias. (SÊNECA, 1965, p.208)

Para esses indivíduos, “o bom não é viver, mas morrer bem. E morrer bem é eximir-se do perigo de viver mal”.

Para Spinoza, tudo isso é um erro que resulta da ignorância das causas que originaram o “pretense” ato suicida, erro que consiste em separar as coisas e nós mesmos da cadeia causal a que tudo está encadeado. Por trás de tudo estaria a imaginação tanto como uma faculdade inventiva quanto como uma ideia inadequada.

Estas são apenas algumas das muitas reflexões sobre o suicídio.

O objetivo deste trabalho foi pesquisar as origens da reflexão filosófica sobre a morte voluntária no hemisfério ocidental.

Pode-se indicar como de Platão, em Fédon, o primeiro argumento escrito contrário ao suicídio. Parte dos argumentos platônicos tem origem na tradição órfico-pitagórica, apesar de não se conhecer ou ter certeza de nenhuma manifestação de Pitágoras sobre o tema. Supõe-se sua pretensa oposição à morte voluntária considerando-se que ele adotou muito da doutrina órfica, esta sim, contrária ao suicídio e o que sobre ele relata Filolau de Crotona.

O caminho que seguimos foi retroagir às tradições órficas para mostrar como suas crenças seriam incompatíveis com a opção da morte voluntária. Demos um salto no tempo para discutirmos a morte de Sócrates: teria sido ou não um suicídio? Mesmo tendo sido obrigado a auto envenenar-se ingerindo cicuta em função de uma sentença condenatória, ou seja, apesar de ter ele mesmo cometido o ato contra si, a pergunta a ser feita é: houve volição nesse ato? Ademais, teria Sócrates contribuído ativa e deliberadamente na determinação de tal sentença? Por que ele não fugiu quando teve condições de fazê-lo? Por que não pagou uma multa para evitar a consecução da sentença?

Expusemos as visões de dois de seus discípulos: Platão e Xenofonte. Achamos que discutir a morte de Sócrates é importante porque as interpretações desse acontecimento vieram a influenciar o pensar filosófico sobre o suicídio por séculos a fio.

A última parte do trabalho concentrou-se em comentar a posição de Platão sobre o suicídio conforme o que está escrito em Fédon e em As Leis.

Não nos propusemos a estabelecer uma interpretação própria, mas apontar interpretações possíveis aos principais trechos dos diálogos e apresentar algumas críticas e comentários às argumentações de Platão.

Estudar o suicídio ainda é um tabu. Na própria academia o tema ainda causa uma certa estranheza. É um assunto muito sensível pois estamos a lidar com aspectos ligados ao instinto de autopreservação, com concepções religiosas de vida, com preconceitos, com uma visão que tende a universalizar o suicídio como um problema de saúde mental, caracterizando-o como a manifestação final de uma doença e minimizando diversos aspectos que não apenas contribuíram, mas caracterizaram o

ato e com um enfoque que vê o suicídio como uma prática racional e fruto da autonomia e livre-arbítrio do indivíduo.

Ao falar-se, por exemplo, do suicídio como um direito e uma questão de autonomia e livre-arbítrio e ao se pensar sobre ele nesses termos podemos estender a reflexão para todas as faixas etárias? Ao tratarmos o suicídio como unicamente um problema de saúde mental, não estamos a tentar universalizar um padrão? Esse padrão é aplicável a todos? Ao fim e ao cabo seria realmente o suicídio o desfecho de uma doença? O que dizer daqueles que eventualmente optem pela morte voluntária racionalmente? É possível que tal decisão seja racional? É justo tratar o suicídio como um crime contra a sociedade e contra Deus? É justo não permitir que suicidas sejam enterrados em “campos santos”?

Fato é que os índices de suicídio tem sido cada vez maiores. Este é um assunto que não pode ser “empurrado para debaixo do tapete”.

ANUNCIAÇÃO

Quantas vezes já imaginei esta cena? O cenário eu o vejo; eu o conheço. Caiçara cinza, a minha cor preferida. Um dia chuvoso, em uma ilha tropical. Foram-se as cores vibrantes. Não há tristeza. Seu andar transmite-me calma. Nenhum sobressalto. Ele sobe as escadas, muitas. Parece-me pleno, resoluto. Que imagens passam-lhe pela cabeça? Não sei. Caminha rumo à libertação. Pouco antes, a alguns, dissera que juntos viajaríamos para a Grécia. Meninos, fomos companheiros em tantas viagens! Muito descobrimos em parceria. Éramos, porém, ilhéus. Nossa natureza é o estar isolado. Pontes ou lanças eram necessárias para que nos conectássemos aos outros ou mesmo um ao outro. Não sabíamos que o abismo entre nós não poderia, nunca, ser transposto. Ou talvez ele o soubesse e eu não. Ele abre uma porta. Acessa o terraço. Ao seu redor, abaixo, a cidade e o mar. Ao longe, uma ponte, a única, lanceta o braço de mar unindo o velho ao novo, nossas esperanças. Éramos estrangeiros naquele mundo mesmo tendo sido paridos e crescido lá. Unimo-nos na estranheza que nos cercava, mas há um momento em que a vida separa. O momento tinha chegado. Ele o sentia. Anjos anunciadores em nossas vidas sempre foram torres de silêncio. Nem percebíamos quando chegavam. Ele, sozinho, livre, ia ao encontro do derradeiro. Se me foi permitido conhecê-lo, se isso foi possível, o dirigir-se à amurada não é impulsivo. Está decidido, cômico do que fará. Não sente dor, está alegre, como se envolto em uma atmosfera de paz. Então ele a vê, serena, amiga. Parece uma nuvem. Enfim um anjo que paira no ar. Anunciação. Ela é tão bonita. Transmite-lhe segurança, amparo. Olha-o, abre os braços e sorri. Ele sente-se amado e protegido e lança-se no espaço vazio em sua direção.

Adyr Ewerton

NOTAS

1. VILLA-LOBOS, DADO; RUSSO, Renato; BONFÁ, Marcelo. **Vento no Litoral**. Barueri: EMI-Odeon: 1991. Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/legiao-urbana/22505/>>. Acesso em: 25 set. 2022

REFERÊNCIAS

- AIRAGHI, Alida. **Il suicidio nel pensiero greco**. 1ª. ed. Digital. 2017. E-book.
- ALVAREZ, A. **O Deus selvagem – um estudo do suicídio**. Tradução de Sonia Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- COIMBRA, Diógenes. **Suicídio meritório**. Dissertação (Mestre em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de Brasília. Brasília, p. 158. 2011.
- CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. 4ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- COHEN, Diana. **El suicidio: deseo imposible o la paradoja de la muerte voluntaria in Baruj Spinoza**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2003.
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio – estudo de sociologia**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- ESTRABÓN. **Geografía. Libros VIII-X**. Tradução e notas de Juan José Torres Esbarranch. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 2008.
- MINOIS, Georges. **História do suicídio – a sociedade ocidental diante da morte voluntária**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- PINHEIRO, Ana Elias. **Introdução**. In: XENOFONTE. Banquete e Apologia de Sócrates. Tradução, introdução e notas de Ana Elias Pinheiro. 1ª. ed. Coimbra: Editor Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008.
- PLATÃO. **Fédon**. In: PLATÃO. Diálogos. Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 1ª ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1972. p. 62-132.
- . **Apologia de Sócrates**. Pará de Minas: Virtual Books online M&M Editores Ltda, 2003. E-book.
- . **As leis (incluindo Epinomis)**. Tradução de Edson Bini. 2ª. ed. revista. Bauru: Edipro, 2010.
- PODDIS, José Gonçalves. **Morte e sacrifício na Grécia antiga: a morte acolhida de Heitor, Antígona e Sócrates**. Dissertação (Mestre em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p.128, 2010.

PUENTE, Fernando Rey (org.). **Os filósofos e o suicídio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SÊNECA. **Cartas a Lucílio**. Tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

SHAKESPEARE, William. **A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca**. Tradução de Bruna Beber. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

XENOFONTE. **Banquete e Apologia de Sócrates**. Tradução, introdução e notas de Ana Elias Pinheiro. 1ª. ed. Coimbra: Editor Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008.